

Editorial Brincadeira de criança

Quando aceitei o desafio de escrever o editorial deste número do Jornal da Rede, onde abordamos várias questões da criança e do adolescente, fui conversar com aqueles que são os pais e os avós dessa turma.

Afinal, onde erramos e quando erramos para nossas crianças, no presente, não terem mais sonhos, e a esperança ter sumido do vocabulário de uma boa parte de nossa juventude?

Nessas minhas indagações, surgiu a justificativa de um amigo ao lembrar as sábias palavras de um senhor: "o problema não é tirar a criança da rua e sim melhorar a qualidade, da rua". Isso me fez pensar quando eu era criança e a rua onde morava era o parque, o local do encontro, o campo de futebol, do pique bandeira, do queimado, do pique tá, do pique cola, e as lembranças me levaram longe. Mas, isso não responde a pergunta inicial: onde erramos e quando erramos?

Eu acredito muito no momento atual do nosso país, quando somos convocados a lutar cada vez mais por uma sociedade justa e fraterna, onde as oportunidades sejam iguais para todos. Mas, para isso temos uma dívida com nossas crianças que estão nas ruas, que não estão brincando e nem estão se encontrando para falar do amanhã, e sim tapeando o hoje com drogas, pedindo e em alguns momentos roubando para comer, sem esperança e sem sonho.

Transformar meninos e meninas de rua em nossas crianças, devolver-lhes o direito de sonhar, dar qualidade às nossas escolas e condições às famílias, tudo isso é nossa responsabilidade e nosso dever.

Para encerrar, lembro de um outro senhor que dizia: "Quando vejo uma criança, tenho dois sentimentos: um, de ternura pelo que ela é no presente, e outro de respeito pelo que ela pode ser no amanhã". E o amanhã de nossas crianças, pertence a todos nós.

Neste número, você vai ver depoimentos de crianças e adolescentes que tiveram a oportunidade de fazer cursos e participar nos CFPs, saber mais sobre o juiz que responde sobre as questões da infância e juventude, e ainda ajudar a FIA, que faz um trabalho fantástico no resgate das crianças desaparecidas.

A você, uma boa leitura e se tiver interesse em colaborar ou fazer algum dos cursos, é só procurar o Centro Comunitário mais próximo de sua casa e ir em busca de mais oportunidades.

Mozart Chalfun – representante do CCCP
Paulo da Portela na comissão de marketing social da REDE

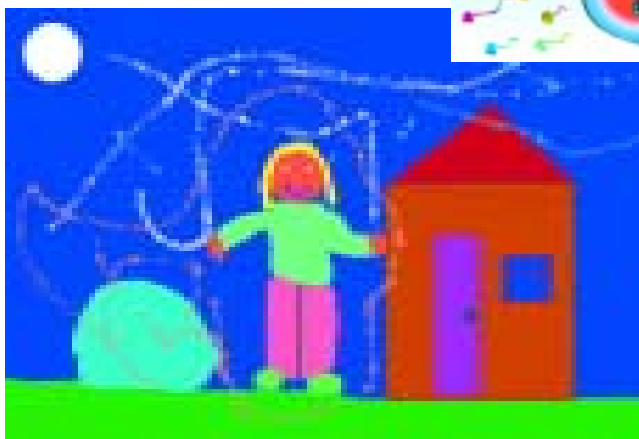
Jovens: Presente!!!

A participação deles nos Centros

Página 2



Maira - 10 anos



Clara – 9 anos

Estatuto da criança e do adolescente História e desafios

Página 3

Entrevista com o juiz Siro Darlan

Página 4



Alexandro dos Santos Lacerda
Nasc: 10/04/86
Desap: 05/05/96
Jacarepaguá/RJ



Aline dos Santos
Nasc: 02/05/87
Desap: 12/06/98
Jacarepaguá/RJ



Aline Gardenia Garcêz dos Santos
Nasc: 11/09/88
Desap: 10/04/2003
Pavuna/RJ



Anderson Francisco de A. da Silva
Nasc: 29/03/97
Desap: 03/06/97
Penha/RJ



Cicleide Maria da Silva
Nasc: 17/01/86
Desap: 02/07/97
Jacarepaguá/RJ

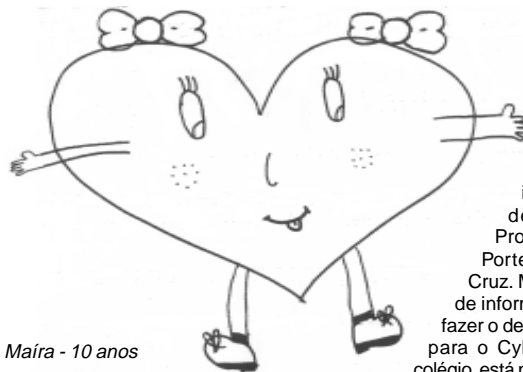


Daniel da Silva
Nasc: 19/06/89
Desap: 19/07/2002
São Gonçalo/RJ

"Nós não somos a despesa, nós

Nós não somos as fontes dos problemas, nós somos os recursos que vocês precisam para resolvê-los. Nós não somos a despesa; nós somos o investimento. Nós não somos somente jovens; nós somos pessoas e cidadãos deste mundo. Vocês nos chamam de futuro, mas nós somos também o presente." Esse texto expressa o que crianças e jovens de mais de 100 nações sentiam, em mensagem enviada aos líderes mundiais reunidos na Sessão Especial das Nações Unidas sobre a Criança, no dia 10 de maio de 2001, em Nova Iorque. E declaravam ainda "nós queremos um mundo adequado para nós, porque um mundo adequado para nós é adequado para todos".

Pensando no presente e no futuro das crianças e adolescentes de suas comunidades, os Centros da Rede sempre dedicaram uma atenção especial a eles. Atenção que tem influenciado vidas, como comprovam alguns depoimentos colhidos para essa edição. Aproveitando que no dia 12 de outubro comemoramos o Dia da Criança,



Maira - 10 anos

deixamos que elas tivessem a palavra nesse número do Jornal da Rede. Leiam com carinho o que Isabela, Karen, Leandro, Douglas, Joyce, William e Aline têm a dizer. Ela é a caçula do grupo. Tem 9, quase 10 anos (faz aniversário dia 13 de novembro). Isabela vem atender o telefone ofegante. Estava correndo lá fora. Com a mãe tentando soprar

respostas na retaguarda, ela vai conversando sem se deixar influenciar. No momento faz o curso de inglês no Centro de Formação Profissional Paulo da Portela, em Oswaldo Cruz. Mas, já fez o curso de informática e pretende fazer o de espanhol e entrar para o Cyber Cidadão. No colégio, está na 3ª série e soube dos cursos do Centro porque mora perto. Gosta de lá e acha as professoras muito boas. Do que mais gosta de fazer? Brincar e usar o computador. Comenta que vai ganhar um de presente no seu aniversário.

A voz de Douglas, denuncia que está naquela fase que o menino se torna um homem. Aos 14 anos, muito bem articulado, fala do seu trabalho voluntário na rádio

comunitária e na biblioteca do Centro Padre Rafael, de Campinho, Campo Grande. Soube do Centro através de um colega que já trabalhava na rádio. E lá se vai quase um ano que a sua vida deixou de ser só de casa para a escola, da escola para casa. Depois que descobriu o Centro, onde pode ser encontrado de segunda à sábado, se envolveu não apenas no trabalho voluntário como passou a fazer esportes. Hoje frequenta as aulas de handebol e atletismo do Centro. E o que aprende lá, ainda o auxilia nos deveres de casa do colégio, onde cursa a 1ª série do ensino médio. Douglas mora com a avó, que visitou o Centro e aprovou a participação do neto.

Foram os problemas no colégio, ou melhor, numa matéria que levaram Karen, de 12 anos, ao curso de reforço escolar oferecido pelo CPJABA, em Jacarepaguá. Diz que soube do Centro na igreja que frequenta. Cursando a 5ª série, estava com notas muito baixas na matéria que costuma tirar o sono dos estudantes: Matemática. De 35, ela passou para 80. Não só ela está satisfeita com as notas mais altas, como também sua família e até as professoras da sua escola. Mesmo tendo aulas de reforço aos sábados pela manhã, ela fala que ainda sobra tempo para brincar de pular corda, de queimado e jogar no computador. E acrescenta que as três professoras do Centro explicam muito bem a matéria.

Aos 13 anos, Aline é mais reservada. Conta que já trabalhou como voluntária

no Centro da Penha. Ajudava atendendo o telefone. Também participou de cursos muito bons como o de bijuterias, culinária e decoração com bola. Fez ainda amigos, embora muitos que frequentem o Centro já façam parte da sua turma.



Filipe
6 anos

Fique conectad@

Na medida em que se multiplicam as tecnologias de comunicação e informação, seus usos e finalidades, uma nova forma de exclusão se apresenta: a digital. O Secretário-Geral da ONU, Koffy Annan, declarou que a internet, vista numa perspectiva global, tem servido para ampliar as desigualdades regionais e sociais. Alguns autores chegam a falar de novas categorias sociais, os info-ricos e os info-pobres. Os ricos em informação e os pobres dela. Obviamente, também existem muitos exemplos interessantes. Ao mesmo tempo em que sabemos que a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) não são universais, o que produz a exclusão digital, não podemos deixar de reconhecer seu potencial emancipatório. Incluir digitalmente se apresenta como um dos grandes desafios a serem enfrentados pela sociedade nesse novo século.

O que isto tem a ver com as nossas crianças e adolescentes, tema deste jornal? A resposta parece simples: o futuro deles. Porém, não é tão simples, pois mais uma vez há uma realidade

se construindo apenas para aqueles que podem pagar pelo acesso à informação. Quem não tem acesso à internet está fora de um universo de possibilidades, o que distancia ainda mais pobres e ricos – sejam pessoas, comunidades, organizações ou países. É sabido que crianças que lidam com as tecnologias têm um processo de aprendizagem facilitado.

A inclusão digital não se restringe a aspectos técnicos, nem a equipamentos. Ela faz parte da inclusão social e contempla aspectos de educação e cidadania. Ações precisam ser desenvolvidas num âmbito que extrapola os limites físicos do local onde os micros estão instalados. Não podemos esquecer que as novas tecnologias podem ser uma ferramenta poderosa de expressão política e cultural. É necessário fazer parte do movimento crescente acerca da inclusão digital até todos terem, de alguma forma, este direito garantido. Neste sentido, clubes de internet, pontos de acesso, telecentros, infocentros, entre outras denominações, não podem ser vistos ou pensados de forma restrita. Precisam ser pensados como lugares de geração de

conhecimento. O acesso à informação e o direito à comunicação são direitos inalienáveis do ser humano.

Numa tentativa de pensar localmente esta nova realidade, os Centros Comunitários de Formação Profissional desenvolvem há muitos anos, atividades de alfabetização, complementação escolar, pré-vestibular e cursos de informática. Recentemente se ligaram à grande rede de informação. Alguns, como o Centro Comunitário de Capacitação Profissional Paulo da Portela, em Oswaldo Cruz, na Zona Norte do Rio de Janeiro, iniciaram um clube de internet. O Cyber Cidadão, como foi batizado, permite aos moradores da comunidade, alunos do centro e do pré-vestibular, acessar a grande rede, numa busca de produção de conhecimento. Outros Centros da Rede estão se preparando para poder oferecer o mesmo serviço.

Francis Bossaert

Integrante da Coordenação
Colegiada do CAMPO
– Centro de Assessoria ao
Movimento Popular



Daniele e Silva Teles
Nasc.: 24/04/86
Desap.: 25/10/99
Jacarepaguá/RJ



Devair Silva de Souza
Nasc.: 02/12/85
Desap.: 13/11/2000
Rocinha/RJ



Fábio Luiz Ferreira Rodrigues
Nasc.: 05/05/87
Desap.: 06/06/2002
São Gonçalo/RJ



Francisleide Paula
Nasc.: 02/07/89
Desap.: 20/06/2003
Campo Grande/RJ



Jorge Antonio do Nascimento
Nasc.: 28/04/87
Desap.: 31/08/01
Jacarepaguá/RJ



Joyce Kelly do Nascimento Deniz
Nasc.: 12/03/86
Desap.: 19/04/93
São Gonçalo/RJ



Karoline Fonseca dos Santos
Nasc.: 08/12/90
Desap.: 19/10/96
Penha/RJ



Luiz Claudio Pereira Barreto
Nasc.: 04/04/88
Desap.: 20/08/99
Campo Grande/RJ

somos o investimento"

Na escola, está na 7ª série. Também é na 7ª série que está Leandro, com 15 anos. Entusiasmado, ele fala do quanto o Centro de Papucaia, em Cachoeiras de Macacu, o ajudou. Quando chegou ali, indicado por amigos, há cerca de três anos, era introvertido. Hoje não apenas mudou, como é locutor da rádio Atlântica FM 105,5, de Cachoeiras e sonha trabalhar com turismo, vocação desperdada pelo curso de guia turístico feito no Centro. Já fez outros cursos: informática, jovem curumim, teatro, dependência química, artesanato. Também é voluntário no Centro, ajudando na recreação de crianças de 8 a 10 anos, por quem é chamado de "tio Leo".



Marina – 11 anos

Joyce, de 15 anos, é zagueira do time de futebol feminino do Centro Padre Juan, na Pedreira, em Costa Barros. Em novembro faz um ano que ela participa das atividades do Centro. Além do futebol feminino, faz lamberóbica e não perde as aulas de cidadania. Antes de frequentar o Centro todos os dias, diz que pela manhã ficava à toa. À tarde ela está na 1ª série do ensino médio. Conta que aumentou o seu círculo de amigos nesse ano de Centro. O mesmo garante William, 12 anos, também assíduo do Centro de Pedreira, que só jogava videogame sozinho e hoje vive cercado de colegas. cursando a 6ª série, há dois anos está pelo Centro, fazendo cursos de computação, criarte. Também passou a praticar esporte. Está na turma de futebol do Centro. Sua posição? Atacante, claro.

MOMENTO CULTURAL

Estatuto da criança e do adolescente: uma Lei nascida do povo

Em algum momento você já deve ter ouvido falar do Estatuto da Criança e do Adolescente. Divulgado pelos meios de comunicação – rádio, televisão, jornal –, o Estatuto completa em 2003, 13 anos de existência e ao contrário da maioria das normas do país, não nasceu em gabinetes de parlamentares ou ministros. Surgiu com a lei 8.069/90, após intensa mobilização popular e foi aprovado sem veto a nenhum dispositivo. Portanto, essa é uma das poucas leis que não se pode atribuir autoria ou como costumam dizer as autoridades, não se pode atribuir "paternidade".

O Estatuto foi elaborado tendo como base não apenas o artigo 227 da Constituição de 1988 ("... é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão"), como também a Convenção dos Direitos da Criança de 1989 e outras leis internacionais. Até então, o que estava em vigor no Brasil era o chamado Código de Menores, adotado desde 1979, que falava somente sobre crianças e adolescentes infratores, considerando esses jovens um problema.

Com o Estatuto, a criança e o jovem passam a ser sujeitos de direitos. Significa que ao invés de só ter atenção do Estado quando se tornava um problema ou uma ameaça à sociedade, a população infanto-juvenil passa a ser portadora de direitos. Além de ter os mesmos direitos de uma pessoa adulta, tem ainda alguns direitos especiais por estar em desenvolvimento físico, psicológico, moral e social.

A partir de 13 de julho de 1990, quando a lei 8.069 entrou em vigência, crianças e adolescentes até 18 anos têm proteção integral do Estado e da sociedade. Ainda que tenhamos tido muitos avanços nesses 13 anos – indicadores de saúde e educação tiveram constante melhoria; pelo fim do trabalho infantil tem havido intensa mobilização social; a escola e a família começaram a emergir nas políticas sociais; o atendimento e a defesa dos direitos infanto-juvenis nunca foram tão discutidos; a sociedade civil aumentou sua presença em favor de crianças e adolescentes – o Estatuto está longe de ser cumprido integralmente. Existem muitas dificuldades como a falta de cultura participativa de parte da população; União, Estados e Municípios ainda não trabalham em sintonia; devido aos problemas econômicos do país, programas e ações nessa área ficam restritos em pequena escala; instituições que utilizam um modelo correccional baseado na repressão (Febens) persistem e por fim, a própria Justiça também não está devidamente aparelhada para fazer cumprir o Estatuto.

Acontecendo na Rede

Estes são alguns cursos oferecidos pela rede, para maiores informações entre em contato com os centros pelos respectivos telefones e e-mails

CESSPP – Cachoeiras de Macacu

Tel.: (21) 2649-1117 / 2649-4609

E-mail: cespp@ig.com.br

Bolas decorativas, cabeleireiro, costura industrial, eletrônica básica e velas decorativas.

CONJUNTO CAMPINHO – Campo Grande

Tel.: (21) 3426-8990

Aprender e empreender, bombeiro hidráulico, eletricitista, informática (adulto e infantil) e telemarketing.

CONJUNTO DA MARINHA – Itaúna – São Gonçalo

Informática (adulto e infantil), desenho, corte e costura, telemarketing, reparo e manutenção de eletrodomésticos.

CPJABA – Jardim Boiúna – Jacarepaguá

Tel.: (21) 2440-1592

E-mail: cpjaba@cpjaba.org.br

Alfabetização de jovens e adultos, reforço escolar, pré-vestibular para negros e carentes, informática e oficina de capoeira.

PROFEC – Jardim Primavera

Tels.: (21) 2676-1365 / 2776-5906

E-mail: profec@profec.org.br

Informática, artesanato, corte e costura e alfabetização de jovens e adultos.

CCCP PAULO DA PORTELA – Oswaldo Cruz

E-mail: cccp.pportela@ibest.com.br

els.: (21) 3350-2993 / 3369-7220

Informática, manutenção de micro, cabeleireiro, inglês e cyber cidadão.

PEDREIRA – Costa Barros – Pavuna

Tel.: (21) 3452-1380

E-mail: ccfpadreyuan@hotmail.com

Informática, montagem e manutenção de micros, telemarketing, culinária e recepcionista.

PENHA

Tel.: (21) 3887-3586

Informática (adulto e infantil), cabeleireiro, reforço escolar (1ª a 8ª série), pré-vestibular e culinária.

ROCINHA

Tel.: (21) 3322-0647

Informática, "Eletricista pela Cidadania", pintor predial, projeto "Início de Negócios", aulas de música (violão e cavaquinho).



Luis Claudio Olimpio Franco
Nasc: 03/07/86
Desap: 09/05/99
Costa Barros/RJ



Marcio dos Santos Domingos
Nasc: 22/11/86
Desap: 14/07/02
Ricardo de Albuquerque/RJ



Rodrigo Alves de Oliveira
Nasc: 07/04/87
Desap: 07/12/2002
Jacarepaguá/RJ



Tatiana Albuquerque dos Santos
Nasc: 19/01/87
Desap: 12/12/2001
Rocinha/RJ



Wanderson Rodrigo Souto da Silva
Nasc: 28/04/92
Desap: 25/08/03
Campo Grande/RJ



Wilson Barcellos Dias de Paiva
Nasc: 11/06/90
Desap: 20/12/2002
Rocinha/RJ



"Cumprir a lei é fazer polêmica?"

É com essa pergunta que o juiz Siro Darlan de Oliveira costuma rebater a fama de polêmico que ganhou da imprensa. Juiz titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca do Rio de Janeiro, pós-graduado em Direito da Comunicação pela Universidade de Coimbra, Portugal, e também conselheiro do CEDCA – Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (RJ), entre outros títulos e posições, o Dr. Siro, como é chamado no dia-a-dia, abriu espaço na sua agenda e conversou com o JORNAL DA REDE. Apesar das inúmeras solicitações e atribuições do cargo, ele mantém como uma de suas principais características, não deixar de atender seja quem for que o procure.



O juiz Siro Darlan em seu cotidiano

JORNAL DA REDE – O que o levou a ser juiz da Vara da Infância e Juventude?

SIRO DARLAN – Sempre me interessei pelos jovens. Fui professor e inspetor de aluno antes de entrar para a Magistratura. Inspirado pelo magnífico trabalho do desembargador Alírio Cavallieri, que foi juiz de menores, optei pela Vara da Infância e Juventude. No início, fui designado para a 2ª Vara, que cuida de jovens infratores. Depois para a 1ª, que atua na prevenção, para que esses jovens não venham a infringir as leis.

JORNAL DA REDE – O senhor poderia explicar rapidamente quais as suas atribuições no cargo?

SIRO DARLAN – Como disse na pergunta anterior, a 1ª Vara da Infância e Juventude atua na prevenção. A principal atribuição é garantir que o artigo 227 da Constituição seja cumprido, que a criança e o adolescente tenham os seus direitos respeitados. O direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à

dignidade, à convivência familiar, além de protegê-lo de toda espécie de violência e exploração. Uma das medidas da 1ª Vara é a colocação da criança em famílias substitutas, através da guarda, tutela, adoção. Também fiscalizamos entidades e abrigos que acolhem crianças e locais frequentados por jovens no lazer.

JORNAL DA REDE – O senhor acha que desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente houve progressos na situação da criança e do adolescente no Brasil? Que avaliação o senhor faria desses 13 anos?

SIRO DARLAN – Quando assumi o cargo em 1995, no Rio de Janeiro havia 12.500 crianças abandonadas. Hoje são 2.200. Em oito anos, mais de 10 mil crianças foram reintegradas à sociedade, às suas famílias. Se atualmente ainda não temos um programa de apoio às famílias, é porque o poder público não está cumprindo o seu papel. Mas, tivemos avanços. Especialmente na conscientização coletiva. Houve a compreensão de que crianças são vítimas e não

agentes de violência. Isso já é um grande passo, pois a cultura brasileira não é favorável. Dentro de uma casa a criança é a última a falar, quando é ouvida. Mudanças culturais são lentas. Veja o caso das mulheres em nossa sociedade. Há mais de 70 anos elas conquistaram a sua cidadania e até hoje sofrem discriminação.

JORNAL DA REDE – Existe uma política que integre os órgãos públicos – municipais, estaduais e federais – que protegem os direitos da criança e do adolescente? Ou eles trabalham de forma isolada?

SIRO DARLAN – Compete ao poder público promover essa ação integrada, prevista pelo legislador e que infelizmente ainda não acontece. Como membro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, estou fazendo uma autocrítica. Temos ainda um longo caminho pela frente para atingir esse objetivo.

JORNAL DA REDE – Quais são os crimes ou abusos mais comuns cometidos no Rio de Janeiro contra as crianças e os adolescentes?

SIRO DARLAN – Os piores são a violência doméstica, a violência sexual cometida pelos próprios parentes da criança e do adolescente. Também a falta de condições econômicas da família, tem levado o jovem a ser cooptado pelo narcotráfico. Isso acontece não somente no Rio de Janeiro mas, em todas as grandes cidades brasileiras. Eles estão sendo aliciados pelo narcotráfico cada dia mais cedo, mais jovens.

JORNAL DA REDE – Na sua opinião o Estatuto cumpre a sua finalidade? O que falta para ele ser realmente aplicado em sua plenitude?

SIRO DARLAN – O Estatuto é excelente, tanto que já serviu de base para legislações semelhantes em outros 14 países da América Latina e Europa. A nossa legislação é a melhor na teoria e a pior na prática. A criança é a célula mais importante da sociedade e precisa ser tratada como tal. Acredito que ainda falte uma maior conscientização da sociedade como um todo, para cumprir e exigir que se cumpra o Estatuto.

Expediente

Jornal da Rede – Nº 10 – Outubro 2003

Órgão Informativo da Rede de Centros de Formação Profissional do Grande Rio

Jornalista responsável: Isabel Capaverde (Reg. 5575/21/07V – RS)

Coordenação editorial: Comissão de Marketing Social da Rede (Silva Rocha, Mozart Chalfun, Norma Santos, Cristina Venâncio, Francis Bossaert).

Projeto gráfico, revisão e impressão: www.arquimedesedicoes.com.br

Parcerias:

Campo
Centro de Assessoria ao Movimento Popular

